

Dez e dez

J. O. KNAACK DE SOUZA

Existem fatos na vida que desfilam pelos olhos de todos há muito tempo da maneira mais despercebida. Quando alguém os nota e para eles chama a atenção provoca curiosa surpresa.

Para citar apenas um exemplo, há dezenas de anos a indústria relojoeira faz propaganda de seus produtos com os ponteiros apontando para as dez horas e dez minutos. O lógico de plantão teve a oportunidade de indagar aos principais fabricantes na pátria dos relógios qual seria a razão dessa escolha para a posição dos ponteiros e não obteve nenhuma. Mas o mais surpreendente foi constatar que a grande maioria dos indagados não tinha observado o fato e, vale ressaltar, era gente do ramo.

No campo econômico, considerado o País como um todo, existem muitos desses fatos que por estarem demasiadamente "na cara" as pessoas deles não se apercebem. São os dez e dez da vida econômica. Não tem importância alguma que a propaganda dos relógios mostre a hora de dez em dez como poderia apontar se o problema é manter os ponteiros em um ângulo simpático, dez minutos para as duas horas. A impressão que se tem é que ninguém compraria ou deixaria de adquirir um relógio por causa disso. Na vida econômica, entretanto, esses dez e dez são vitais e agora que brevemente se terá um novo Presidente da República não faria mal lembrar os dez e dez cuja não observação deixa qualquer programa de governo muito mais na fantasia do que na persuasiva realidade.

O primeiro deles é o fato iniludível de que um país não cresce o quanto quer mas só e tão-somente o quanto pode. E nesse quanto pode existe uma taxa máxima que pode ser alcançada, mas é preciso considerar que este nível de crescimento global que constitui a preocupação e, às vezes, a alegria dos que se divertem

com os exercícios macroeconômicos não significa, necessariamente, mais bem-estar para a maioria da população. Aí o grande desafio é de conseguir, na vizinhança daquela maior taxa possível, a que beneficie maior número de pessoas. Não se sabe até hoje a fórmula para se conseguir esses objetivos mas é preciso tentar e com muita humildade.

O segundo é que a soma dos recursos disponíveis é limitada e existe uma inexorável lei da aritmética que reza que em uma soma fixa, quando se aumenta uma parcela, tem-se que diminuir outra ou se arrebenta com o teorema e, logicamente, aumentar todas ao mesmo tempo não dá. Tem-se falado muito nas despesas que vão ser aumentadas mas o silêncio sobre as que vão ser reduzidas só demonstra um elogiável respeito pela teoria da adição. Capturar recursos acaba com as mordomias o Plano Cruzado já demonstrou é mais cosmético do que outra coisa. Alienar propriedades da União é em princípio até uma boa idéia mas em primeiro lugar é preciso encontrar quem as compre e, infelizmente, a experiência tem demonstrado que isso só se efetiva quando o preço, como diz a sabedoria popular, é "na bacia das almas". Termina em mais inquéritos sobre corrupção do que recursos.

A preocupação com o emprego — e se nota que ela se centra em mais empregos para pessoas — vale muitas palmas. Mas é preciso não esquecer que para haver empregado tem que existir patrão. O primeiro não pode nem ser imaginado sem o segundo e poucas são as palavras sobre as políticas indutoras para os investimentos que constituem a condição sine qua para o aumento de emprego. Supor que, como num passe de mágica, se transfira recursos para o setor que chamam de produtivo é da mais santa ingenuidade.

Dinheiro não aceita desaforo. A realidade é outra e muito fria. Ninguém investe, constrói uma fábrica, preocupado em gerar emprego para ninguém. Quando o faz é porque admite que existe um mercado para os artigos que vai produzir e com isso terá um lucro satisfatório. Emprego de mão-de-obra é encarado como parte do processo de produção e considerada friamente como um custo.

Quanto à reforma agrária, que é muito mais que o simples assentamento de pessoas, é básico lembrar que não há como assegurar o fundamental sem a maléfica e deformadora intervenção estatal, isto é: que os novos produtores consigam vender a preços remuneradores os bens que produzirem. A não ser que se pretenda ficar na noção romântica e, por definição, nada prática, que cada família tenha seu sítio para plantar seu feijãozinho, tenha o seu gadinho que não se sabe quem vai dar.

A inflação, que seguramente é o pior dos males que tumultuam a economia brasileira, pelas deformações que acarreta, tem que ser enfrentada com grande determinação mas sem esquecer que o chamado grande prejudicado, que é o assalariado, raciocina em termos do que se poderia chamar de inflação líquida: a inflação do IBGE menos correção monetária. Se a correção compensa a inflação, fica "se lixando" para o resto.

Todos esses dez e dez da economia aconselham basicamente uma coisa: muita humildade e paciência para dirigir a economia do País sem nunca deixar de ter em conta que nenhum Governo, forte ou fraco, totalitário ou democrático, consegue controlar onde e como as pessoas gastam o dinheiro que dispõem.